

**RESUMOS DAS DISSERTAÇÕES APRESENTADAS EM 2015, NO PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL (PPGDL) -
MESTRADO ACADÊMICO
UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO - CAMPO GRANDE, MS¹**

O Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local, implantado em 1998, e destaca-se por ser interdisciplinar, tendo como missão “promover, por meio de atividade de ensino, de pesquisa e de extensão, a formação integral, fundamentada nos princípios éticos, cristãos e salesianos, de pessoas comprometidas com a justiça social para que contribuam com o desenvolvimento sustentável”.

O Desenvolvimento Local neste programa é entendido como o protagonismo dos atores de um dado território, com apoio de organizações públicas e privadas, na reflexão da realidade vivida para agenciar e coordenar, por meio de processos interativos e cooperativos, os recursos tangíveis e intangíveis originários do local ou de áreas externas, na busca de soluções sustentáveis para os problemas, necessidades e aspirações coletivas, de ordem social, econômica, cultural, política e do ambiente natural.

A relação dos resumos apresentados neste número da Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local – segue a ordem cronológica das defesas das dissertações, seguidas do título, nome do(a) autor(a), do(a) orientador(a) e data de apresentação perante a banca examinadora. Todos os trabalhos estão disponíveis na Secretaria do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local, na Biblioteca Félix Zavattaro, no campus da Universidade Católica Dom Bosco, na cidade de Campo Grande, MS, Brasil e no site do Programa – www.ucdb.br/mestrados/desenvolvimentolocal. Os resumos seguem uma sequência lógica obedecendo à continuação dos resumos publicados na Interações, v. 17, n. 1, 2016.

222 - Título: ESCOLA MUNICIPAL OITO DE DEZEMBRO - DISTRITO DE ANHANDUÍ, CAMPO GRANDE/MS: UMA GESTÃO PEDAGÓGICA NO CAMPO A PARTIR DA ÓTICA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Nome: Kleide Ferreira de Jesus

Orientador: Heitor Romero Marques

Data de defesa: 20/02/2015

Resumo: A presente pesquisa, intitulada “Escola Municipal Oito de Dezembro - distrito de Anhanduí, Campo Grande/MS: uma gestão pedagógica no campo a partir da ótica do desenvolvimento local”, foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local - Mestrado, na área de concentração em Desenvolvimento Local em contexto de territorialidades, na Linha de Pesquisa 1 - Desenvolvimento local: cultura, identidade e diversidade, da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). A origem deste estudo deu-se a partir das inquietações vividas no curso de especialização de Educação no Campo. Em princípio buscou-se no trabalho contextualizar se a gestão escolar atende democraticamente às necessidades do ensino no campo e da comunidade e, para tanto, procurou-se verificar, pela ótica do Desenvolvimento Local, quais as potencialidades frente à comunidade local. Procurou-se ainda evidenciar a importância da relação entre a escola e a comunidade em que esses atores estão ligados por relações sociais endógenas, bem como a socialização na tomada das decisões no contexto escolar, e observar o desempenho exercido pelo diretor da escola e seu papel em propiciar uma gestão participativa. A pesquisa teve como metodologia o estudo de campo com abordagem qualitativa, diagnóstica e prognóstica, utilizando-se de bibliografias pertinentes ao assunto, análise de documentos, optou-se também por observações *in loco*, aplicação de questionários e entrevistas com os profissionais, alunos, pais e demais integrantes da comunidade escolar. O diretor escolar tem um papel importante na vida escolar, está integrado à atividade da escola, seja ela da área urbana ou rural, e não exerce um trabalho isolado dos demais, pois atua em todos os campos de atividades da escola e precisa trabalhar integrado à sua equipe, atentando para a ação endógena dos atores locais a fim de desenvolver as potencialidades do local. Assim, é reforçada a necessidade da ação ser integradora tanto aos aspectos administrativos quanto pedagógicos no processo escolar.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local. Escola do Campo. Gestão Participativa.

¹ Pesquisa elaborada pelos mestrados do PPGDL – Nicolas Addor e Thayliny Zardo, que são bolsistas UCDB-PIBIC, no referido programa.

223 – Título: PAPEL DO CAPITAL SOCIAL NO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA**Nome:** Valmir Rabaioli**Orientador:** Olivier François Vilpoux**Data de defesa:** 20/02/2015

Resumo: O capital social emerge como um elemento importante nas análises do desenvolvimento local, levando em consideração as diversidades culturais e as especificidades próprias de cada território. A confiança interpessoal, a reciprocidade e o espírito comunitário das pessoas são aspectos fundamentais para a criação de capital social e coesão da comunidade em torno de suas normas e regras de comportamento, que orientam as pessoas em relação às suas condutas morais. O objetivo da pesquisa é analisar o papel do Capital Social no desenvolvimento da região oeste de Santa Catarina. A maioria das informações foi obtida por meio de pesquisa bibliográfica e documental. No entanto parte das informações foi conseguida por meio de pesquisa de campo, a partir de entrevistas com personalidades locais. A formação populacional com descendentes de italianos, alemães e alguns poloneses que migraram das antigas colônias da serra gaúcha, possibilitou a implantação de uma organização social idêntica àquela a que estavam acostumados nas velhas colônias gaúchas ou dos países de origem. Com a ausência do Estado Brasileiro e o isolamento em meio à mata, a igreja teve ampla liberdade de atuar na formação das colônias e instituir um modelo de vida comunitária e convívio social que atendesse aos seus interesses de acordo com a etnia das pessoas. Os colonizadores implantaram uma agricultura familiar baseada nas pequenas propriedades rurais e na diversidade das atividades produtivas que deram uma nova dinâmica econômica. Com a ajuda da igreja, instituíram diversas associações comunitárias que se estenderam para toda a região oeste catarinense, formando um denso tecido social estruturado em redes. Criaram cooperativas agropecuárias e de crédito com o objetivo de viabilizar a produção e a comercialização dos produtos agropecuários. O cooperativismo é a base do desenvolvimento regional e está presente em todos os municípios do oeste catarinense. A preservação da cultura, da língua europeia e dos hábitos dos colonizadores por meio de festas e eventos socioculturais reforça o sentimento de pertencimento à região com identidade cultural. Esses elementos são fundamentais para a manutenção e fortalecimento do capital social que reflete nas atividades produtivas e no desenvolvimento da região oeste catarinense.

Palavras-chave: Confiança. Capital social. Desenvolvimento.

224 - Título: A NOVENA DE NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO: AÇÕES VOLTADAS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL (CAMPO GRANDE-MS)**Nome:** Milene Chiqueto dos Santos**Orientadora:** Maria Augusta de Castilho**Data de defesa:** 26/02/2015

Resumo: A presente dissertação enfoca a manifestação religiosa ocorrida no Santuário de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, em Campo Grande, MS e suas potencialidades para o desenvolvimento local. Este é um dos Santuários Marianos mais visitados do Brasil, sendo local de intensa visitação durante as quartas-feiras e, com isso, oferece oportunidade de lucro aos trabalhadores informais que ali se instalaram. Destaca-se também nesse espaço a realização de ações sociais por parte da administração do Santuário apoiadas pela comunidade participante. A pesquisa contempla a história do Santuário, bem como aspectos do referencial teórico no tocante aos conceitos de: espaço, território, territorialidade e desenvolvimento local com ênfase na escala humana. Tais conceitos são fundamentais para a compreensão do estudo de campo, que foi realizado a partir do método dedutivo, apresentando questionários quali-descritivos, que, junto ao processo de observação *in loco*, insere ferramentas para compreender a relação dos trabalhadores informais e dos fiéis participantes da novena realizada no Santuário. O trabalho engloba o Santuário e as novenas assinalando as potencialidades para o desenvolvimento local, com destaque para o desenvolvimento em escala humana.

Palavras-chave: Manifestação religiosa. Desenvolvimento Local. Santuário. Território. Novena.

225 – Título: UM OLHAR NA ESCOLA DO CAMPO COM PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL: DISTRITO DE PONTINHA DO COCHO - CAMAPUÃ-MS**Nome:** Suely Cristina Soares da Gama Pereira**Orientadora:** Maria Augusta de Castilho**Data de defesa:** 27/02/2015

Resumo: O estudo foi realizado em Campo Grande - MS por um período de dois anos, tendo como área de concentração o desenvolvimento local em contexto territorialidades, inserido na linha de pesquisa – desenvolvimento local: cultura, identidade, diversidade. A pesquisa ocorreu no Distrito de Pontinha do Cocho, município de Camapuã, no Estado de Mato Grosso do Sul, em outubro de 2014, na Escola Estadual Joaquim Malaquias da Silva. O objetivo central foi analisar o projeto pedagógico da escola em estudo, assim como, verificar as dificuldades dos alunos no acesso aos estudos e a continuidade. Os dados da pesquisa foram obtidos por meio da análise bibliográfica, questionários estruturados aplicados à comunidade escolar e entrevistas feitas com a comunidade local pautados na educação no campo e na cultura da comunidade com perspectivas de desenvolvimento local. A partir dos resultados, foi verificado que há forte ligação entre alunos e professores, referente a um sentimento de pertença com a unidade escolar. Grande parte desses professores foram alunos nessa escola. Um ponto não satisfatório é representado pela distância residencial à escola, pois os alunos são oriundos de áreas rurais longínquas, interferindo, dessa forma, no rendimento escolar. Conforme o depoimento dos sujeitos colaboradores na pesquisa, a escola, desde o início da sua construção, favoreceu e contribuiu para que a comunidade usufrísse desse espaço para o desenvolvimento humano. Parte dos moradores foi para a área urbana buscar novos conhecimentos e retornou com nível superior, em sua maioria, com formação em pedagogia. As questões sociais não são resultados somente da educação, mas também necessárias às questões de políticas públicas para o homem do campo, como a infraestrutura de trabalhos, com a finalidade de resultar em uma educação de qualidade, voltada para a formação da cidadania.

Palavras-chave: Educação do Campo. Comunidade. Cultura. Desenvolvimento Local.

226 – Título: DIREITO CONSUETUDINÁRIO INDÍGENA E POSITIVISMO JURÍDICO: O RESPEITO À ALTERIDADE CULTURAL COMO ELEMENTO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL**Nome:** Lamartine Santos Ribeiro**Orientador:** Heitor Romero Marques**Data de defesa:** 27/02/2015

Resumo: A cultura jurídica brasileira, de raiz greco-romana, é expressão do individualismo iluminista, que adotou o positivismo jurídico como modelo de produção de leis por órgão estatal em economias liberais, por ser dinâmico e flexível. Já o Direito Consuetudinário, típico da cultura indígena brasileira, é estável, pois constante e universal em aceitação. Essa coexistência de dois sistemas jurídicos num mesmo território não é admitida pelo positivismo que exige onipotência e onipresença. Assim o Direito Consuetudinário indígena tende a ser sobrepujado no embate entre etnocentrismo e diversidade cultural, repellido tanto pela Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade de Expressões Culturais da Organização das Nações Unidas (ONU), quanto pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), mas ainda perceptível. O conflito se exacerba no território brasileiro pelo modo como o positivismo, enquanto filosofia para alguns, método científico para outros e mesmo religião para seus seguidores ortodoxos, foi aplicado ao ordenamento jurídico brasileiro atendendo interesses de classes dominantes em vários momentos históricos. São estabelecidos conceitos de cultura, sociedade, civilização, desenvolvimento local, positivismo e direito consuetudinário para a melhor compreensão do real campo de conflito, qual seja, cultural e não somente jurídico. O estudo de casos relatados em obras das áreas de antropologia, sociologia e direito permite a visualização concreta do conflito naquilo que aflige pessoas e suas comunidades. Evidencia-se que, apesar de haver instrumentos normativos que permitam interpretações favoráveis ao Direito Consuetudinário indígena, o poder judiciário brasileiro ainda se pauta por conceitos sobejamente ultrapassados sobre a questão indígena, como: integracionismo, aculturação e a falta de civilidade indígena, em que pese à existência de exceções pontuais. Ao localizar o conflito de aparente natureza jurídica no campo da alteridade cultural, é possível estender a visão a outras comunidades onde os usos e costumes apontam soluções a conflitos individuais e coletivos diferentes das soluções preestabelecidas na legislação nacional. Uma comunidade, para se desenvolver localmente, deve ter preservadas suas manifestações culturais tendentes à apropriação e modificação do espaço em que se inserem e que, muitas vezes, podem ser vistas sob a ótica de relações jurídicas, que deveriam imperar num determinado território. Para atingir o escopo estabelecido com a problemática, foi usada a revisão bibliográfica baseada em livros e artigos científicos.

Palavras-chave: Cultura Jurídica. Direito Positivista. Direito Consuetudinário. Direito Indígena.

227 – Título: DIREITO HUMANO AO DESENVOLVIMENTO SOB A ÓTICA DAS MINORIAS DE GÊNERO**Nome:** Antonio Henrique Maia Lima**Orientadora:** Arlinda Cantero Dorsa**Data de defesa:** 24/03/2015

Resumo: O presente estudo aborda a temática do desenvolvimento humano do ponto de vista de transexuais, travestis e intersexuais. Para isso, o desenvolvimento humano é entendido como direito humano fundamental, tal como prevê o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Nesse sentido, o raciocínio basilar da investigação é o seguinte: preconceito, violência, terrorismo psicológico e redução à condição de piada são apenas alguns dos elementos que contribuem para uma vida sem qualidade, sem bem-estar individual dessas pessoas, sendo, portanto, elementos que inviabilizam seu desenvolvimento humano, o que, por sua vez, é impedimento do pleno gozo de seus direitos humanos. Sob esse direcionamento, foram feitas entrevistas semiestruturadas que forneceram discursos. Os discursos perquiridos formaram substancial material de análise que possibilitou a comprovação das hipóteses fundamentais da pesquisa, o que significa que foi possível uma conclusão favorável à linha de pensamento apresentada. A pesquisa é de matriz metodológica eminentemente qualitativa. O método de raciocínio empregado foi o indutivo. Na análise de dados, foram usadas as metodologias da Análise Crítica do Discurso e da Alteridade. Infere-se, portanto, que transexuais, travestis e intersexuais sofrem um cíclico e estruturado preconceito, cujas primeiras manifestações se dão na família, na escola e no convívio social. Quando chegado o momento de assumir as respectivas diferenças, essas pessoas se veem em situação de vulnerabilidade, pois as instituições lhes são negligentes, fazendo com que a marginalização social seja um destino certo. Nessa perspectiva, lhes é negado o direito à educação, à convivência familiar e comunitária, ao trabalho digno, dentre outros. Tais direitos são imprescindíveis para a fruição da qualidade de vida, que é requisito para o desenvolvimento humano, que, por sua vez, é um direito humano. Logo, essa dinâmica preconceituosa é prejudicial ao bem-viver dessas minorias, cujas necessidades humanas circulam em torno das ideias de equidade e inclusão social.

Palavras-chave: Desenvolvimento Humano. Direitos Humanos. Minorias de Gênero. Direitos Sociais. Análise Crítica do Discurso.

228 – Título: A MEDIAÇÃO COMO PROPULSORA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL APLICADA AOS PROCESSOS JUDICIAIS PROVENIENTES DAS VARAS DE FAMÍLIA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE, MS**Nome:** Gislaine Esther Lubas Moreira Moura**Orientadora:** Arlinda Cantero Dorsa**Data de defesa:** 31/03/2015

Resumo: As famílias em conflito geralmente encontram problemas de comunicação em razão dos responsáveis estarem tão focados em si mesmos que, em regra, não percebem o prejuízo causado uns aos outros no transcurso do processo judicial. A inclusão da mediação nos processos judiciais oferece uma oportunidade para que os indivíduos possam se empoderar (um dos princípios da mediação – o do empoderamento das partes) da decisão sobre suas vidas e as dos seus filhos, mas tendo como pilar principal o fato de que uma conversa franca pode resolver o conflito sem a interferência de terceiros. Nesse contexto, insere-se esta dissertação, relacionada à linha de pesquisa – Desenvolvimento Local: Cultura, Identidade e Diversidade, do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco-MS. Tem por objetivo geral analisar o impacto do processo de mediação nas famílias que ingressaram com processo judicial de divórcio, guarda, regulamentação de visitas ou pensão. Os objetivos específicos são: apresentar a fundamentação teórica de desenvolvimento local, território, comunidades em relação à temática tratada, verificar o papel da mediação nas relações familiares, determinar os fatores positivos e negativos da utilização do procedimento de mediação nos processos judiciais relacionados ao direito de família; demonstrar a influência das técnicas de mediação na organização da família e analisar as áreas influenciadas pelas técnicas de mediação após a sessão de mediação judicial. Tem por focalização o Centro Jurídico de Soluções de Conflitos da Faculdade Estácio de Sá de Campo Grande- MS; inaugurado em 2014, passou a trabalhar as mediações familiares em processos judiciais sob responsabilidade das varas de família do Fórum da Comarca de Campo Grande MS. Delimita-se esta pesquisa em responder às seguintes questões norteadoras: até que ponto as partes passam a utilizar o que aprenderam na sessão de mediação para suas vidas fora daquele procedimento judicial e voltam, ou não, a ajuizar novas demandas sobre assuntos correlatos, ou se empoderaram realmente da possibilidade de decidir e gerenciar suas vidas. Como metodologia de estudo, foi utilizado o estudo descritivo-analítico e indutivo, por meio de revisão bibliográfica obtida em livros, revistas, artigos e registros disponíveis no Núcleo de Resolução de Conflitos do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul

e no Centro Jurídico de Solução de Conflitos Estácio de Sá, assim como a pesquisa de observação in loco dos trabalhos do Centro. Conclui-se que a mediação cada vez mais se fortalece e, quando bem aplicada e vivenciada, gera resultados positivos, não só no campo individual mas também no da sociedade em geral, auxiliando as partes a enxergarem o conflito com naturalidade e enfoque prospectivo.

Palavras-chave: Mediação. Desenvolvimento local. Desenvolvimento humano.

229 – Título: OS NOVOS ARRANJOS FAMILIARES COMO AGENTES POTENCIALIZADORES DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Nome: Moisés Salim Sayar

Orientador: Josemar de Campos Maciel

Data de Defesa: 20/07/2015

Resumo: O processo de desenvolvimento (não econômico, mas humano) nasce das relações sociais. A família é a primeira instituição que vem, mediante seus vínculos, sejam afetivos sejam jurídico-legais, exercer influência no indivíduo para potencializar seu acesso aos elementos do desenvolvimento humano, isto é, o bem-estar individual, a capacidade de autodeterminação e o protagonismo. O desenvolvimento humano é entendido como conforme as prescrições do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento como um dos objetivos da pessoa humana, pautando-se sempre no princípio da dignidade da pessoa humana. Nesse sentido, os novos formatos de família, dado o respeito às suas particularidades, são mecanismos que vêm potencializar o desenvolvimento em escala humana, assegurando aos seus membros maior qualidade de vida, acesso ao bem-estar e às demais configuradoras de uma gênese do Desenvolvimento que preconiza o homem e a saúde de suas relações interpessoais. Essa pesquisa é um intento bibliográfico. O método utilizado é o dedutivo, tendo como marco teórico a legislação brasileira aplicada à família, teorias de direito de família e teorias de desenvolvimento local em escala humana, desenvolvimento humano e desenvolvimento em escala humana.

Palavras-chave: Desenvolvimento Humano. Direito de Família. Novos Arranjos Familiares. Bem-estar individual. Qualidade de Vida.

230 – Título: HOTEL GASPAR: IDENTIDADE E MEMÓRIA NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Nome: Elaine Cristina Paganotti Rezende

Orientadora: Maria Augusta de Castilho

Data: 29/07/2015

Resumo: O objetivo desta dissertação foi analisar o contexto patrimonial e identitário de Campo Grande, MS em que o Hotel Gaspar está inserido. O texto apresenta a visão histórica do hotel e seus usuários, bem como a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, expondo a análise e discussões dos resultados. O estado da arte foi construído a partir dos conceitos de desenvolvimento local, confiança, capital social, empreendedorismo, empresas familiares, sentimento de pertença, cultura, identidade, espaço, lugar, território, memória e patrimônio cultural. A metodologia utilizada quanto à abordagem foi qualitativa, com ênfase nos dados qualitativos com a alternativa para o método indutivo. No que se refere ao tipo de pesquisa, escolheu-se a exploratória, descritiva e ainda a história oral e a narrativa. A coleta de dados deu-se por meio de revisão bibliográfica e pesquisa de campo (entrevista semiestruturada). Identificou-se que o Hotel Gaspar faz parte do patrimônio histórico de Campo Grande, MS, da memória da Cidade Morena e de sua comunidade, com momentos e histórias vividos no passado, preservados no presente, trabalhando para a conservação patrimonial e cultural da localidade.

Palavras-chave: Memória. Patrimônio Cultural. Hotel Gaspar.

231 – Título: IMPLANTAÇÃO DE INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS (IG): CASO DA INDICAÇÃO DE PROCEDÊNCIA “MARACAJU” PARA O PRODUTO LINGUIÇA

Nome: Márcio Alexandre Diório Menegazzo

Orientador: Olivier François Vilpoux

Data de defesa: 31/07/2015

Resumo: A Indicação Geográfica é conceituada como um produto com qualidade vinculado à origem e pode representar uma importante ferramenta para a agregação de valor, aumento da renda, acesso a mercados e desenvolvimento local. Com o consumidor cada vez mais preocupado com aspectos de qualidade e origem do produto, respeitando a cultura das pessoas do local de produção e a sua identidade,

e diante da necessidade de adequação dos sistemas produtivos agroalimentares com agregação de valor e dinamização do potencial endógeno dos territórios, objetiva-se neste trabalho verificar a possibilidade de implantar uma Indicação Geográfica (IG) no Centro-Oeste do Brasil, mais especificamente, a produção de linguiça de Maracaju. Dessa maneira, o trabalho é dividido na conceituação das Indicações Geográficas conforme são internalizadas, na Europa e no Brasil, a sua manifestação na Europa e sua evolução legislativa internacional. É abordada a produção da linguiça de Maracaju, descrevendo a origem do produto e a região de produção. A pesquisa foi desenvolvida através de abordagem qualitativa, adotando-se o método científico com estratégia de pesquisa baseada em estudo de caso. Ainda foi utilizada a metodologia de pesquisa-ação, que traz uma relação entre os pesquisadores e pessoas envolvidas no estudo da realidade. A coleta de dados tem por referência as legislações do Brasil, França e Comunidade Europeia. A obtenção dos dados de campo foi feita a partir de pesquisa-ação e de entrevistas semidirecionadas com questões abertas junto aos atores locais. Os resultados evidenciam a existência de um produto com reputação estabelecida com recursos locais suficientes para uma Indicação de Procedência e representada por uma coletividade legítima do território. Ao mesmo tempo, há que se melhorar os processos cooperativos e de interação entre os atores locais e as instituições com políticas públicas convergentes para o sistema da Indicação Geográfica. A análise evidenciou a necessidade de uma melhor definição das ações públicas, junto com maior motivação e mobilização dos atores locais em torno de uma visão compartilhada para além da proteção e promoção de um produto e de sua região, mas também para o acesso a novos mercados, e a potencialização dos ativos do território para o efetivo desenvolvimento local.

Palavras-chave: Indicações Geográficas. Desenvolvimento Local. Linguiça. Maracaju. Políticas Públicas.

232 - Título: NEGOCIAÇÃO COLETIVA: INSTRUMENTO NORMATIVO, MEIO DE PACIFICAÇÃO DE CONFLITOS COLETIVOS E SUA CONVERGÊNCIA COM O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Nome: Helio Antônio dos Santos Filho

Orientador: Pedro Pereira Borges / **Coorientadora:** Arlinda Cantero Dorsa

Data de defesa: 31/07/2015

Resumo: Dentre os direitos sociais conquistados pela sociedade que se origina pós Revolução Industrial, destaca-se o Direito do Trabalho. Um ramo da Ciência Jurídica que regula as relações individuais de trabalho, especialmente, o vínculo subordinado que se estabelece entre empregado e empregador. O Direito do Trabalho também disciplina as relações coletivas de trabalho, cujos sujeitos envolvidos são as entidades sindicais, que, ao se relacionarem, podem criar conflitos coletivos. A negociação coletiva é forma de solução de conflitos coletivos de trabalho. É, também, meio que oportuniza as entidades sindicais a autonomia privada coletiva. No Brasil, os sindicatos se formam a partir da representatividade de categorias econômicas e profissionais. Durante o processo de negociação coletiva, as partes negociantes, diante da autonomia privada coletiva, podem criar normas e, conseqüentemente, ampliar direitos trabalhistas. A majoração do patamar mínimo dos direitos trabalhistas garantidos pelo Estado pode promover a melhoria de condições de trabalho, de vida e, por conseguinte, trazer desenvolvimento social, econômico, cultural a determinada categoria profissional. A presente dissertação se relaciona ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico, cuja área de concentração está vinculada a Ciências Sociais Aplicadas e à linha de pesquisa em Desenvolvimento Local: Cultura, Identidade, Diversidade. A pesquisa busca analisar a ampliação, ou não, de direitos trabalhistas por meio da negociação coletiva e sua convergência com o Desenvolvimento Local. A partir da pesquisa bibliográfica em referenciais teóricos específicos, busca-se compreender a amplitude do termo Desenvolvimento Local, notadamente, com uma visão holística. O Ministério do Trabalho e Emprego (TEM), com sede em Brasília, DF, possui na cidade de Campo Grande, Capital do Estado de Mato Grosso do Sul, MS, órgão específico com a finalidade de receber em depósito os instrumentos normativos materializados pela negociação coletiva. Por meio de análise das bases de dados do MTE, Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de MS (SRTE/MS), estabeleceu-se a problemática se as convenções coletivas que anualmente são depositadas pelos sindicatos convenientes ampliam ou não os direitos sociais. Para discussão do problema, como metodologia utilizou-se a análise bibliográfico-documental, oportunidade em que foram elencadas convenções coletivas de trabalho então depositadas no MTE, nos anos de 2011 a 2014, as quais envolvem a participação de três categorias profissionais, representadas pelos sindicatos dos trabalhadores na área da construção civil, da educação e do transporte público coletivo, cuja abrangência é o município de Campo Grande. Identificaram-se três direitos trabalhistas garantidos a todos trabalhadores pela Constituição da República Federativa do Brasil (CF) e pela legislação ordinária específica, Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A partir daí, se investiga se os tais direitos sociais escolhidos foram ampliados, mantidos e/ou reduzidos por meio da negociação coletiva. Destaca-se a negociação coletiva como

forma de pacificação dos conflitos coletivos trabalhistas e a sua correlação no Desenvolvimento Local das categorias profissionais representadas pelos sindicatos laborais que negociaram e materializaram as convenções coletivas analisadas. Destacam-se aspectos comuns entre o instituto na negociação coletiva e o fenômeno do Desenvolvimento Local.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local. Direito Coletivo do Trabalho. Negociação Coletiva. Instrumento de Pacificação. Conflitos Coletivos de Trabalho.

233 – Título: CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO DOS CUIDADORES DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS EM RESIDÊNCIAS INCLUSIVAS

Nome: Carla Regina Meireles da Silva

Orientador: Heitor Romero Marques / **Coorientador:** André Barciela Veras

Data de defesa: 24/09/2015

Resumo: O presente estudo, em uma abordagem quantitativa, tem como objetivos caracterizar o trabalho dos cuidadores de pessoas com necessidades especiais em residências inclusivas e identificar o perfil sociodemográfico desses cuidadores, bem como caracterizar a capacitação profissional. Igualmente a pesquisa visou conhecer as ações que os cuidadores utilizam para manter um estilo de vida saudável, além de identificar a existência, ou não, de violência no ambiente de trabalho. Os dados foram obtidos por meio de aplicação de questionários, elaborados para atender as especificidades do estudo, nas residências inclusivas I, II da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho de Mato Grosso do Sul no mês de dezembro de 2014. Os dados foram quantificados e apresentados em forma de tabelas. O resultado mostrou uma prevalência do gênero feminino, sendo a maioria jovem. 45% disseram ser casado(as), e 55% têm o ensino médio completo, 80% são contratados com jornada de trabalho de 12h com descanso de 36h. Quanto ao estilo de vida, 90% dos cuidadores, no tocante ao comportamento preventivo, conhecem a própria pressão arterial, seus níveis de colesterol e não se dizem satisfeitos com seus relacionamentos. No controle do estresse, 90% responderam que reservam pelo menos dez minutos todos os dias da semana para relaxar. Outros 90% disseram que não sofrem agressão por parte dos residentes. Ficou evidente que há necessidade de incentivo e suporte profissional para a capacitação, notadamente quanto às etapas das técnicas do ato de cuidar, e orientações para investigações futuras sobre a qualidade de vida, focando os aspectos educacionais, que promovam um reforço positivo para auxiliar o cuidador no desafio imposto pela situação complexa no desempenho de cuidados institucionais.

Palavras-chave: Cuidador. Pessoas com necessidades especiais. Residência inclusiva. Território e comunidade.